

Área temática : Cooperativismo

**COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

RESUMO

As cooperativas são grupos de interesse geral, semelhantes ao conceito de demografia, que contribuem diretamente para a promoção de processos de desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. Este estudo tem como objetivo analisar a contribuição das cooperativas no processo de desenvolvimento sustentável. Portanto, foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura para permitir que os leitores compreendam claramente a contribuição e o papel das cooperativas no desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa é baseada em literatura encontrada em sites, periódicos e outras publicações acadêmicas. Os resultados deste estudo mostram claramente que as cooperativas são uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento equilibrado e equitativo das pessoas e do meio ambiente, bem como para levar em conta as expectativas e os desejos de todas as partes interessadas.

Palavras-chave: Cooperativa; Sustentabilidade; Desenvolvimento

ABSTRACT

Cooperatives are general interest groups, similar to demographics, which contribute directly to promoting local, regional, national, and international development processes. This study aims to analyze the contribution of cooperatives in the process of sustainable development. Therefore, it was developed from a literature review to enable readers to understand cooperatives' contribution and role in sustainable development. This research is based on literature found in websites, journals, and other academic publications. The results of this study clearly show that cooperatives are an effective tool to promote the balanced and equitable development of people and the environment, as well as to consider the expectations and wishes of all stakeholders.

Keywords: Cooperative; sustainability; Development

1. INTRODUÇÃO

A lógica de produção e consumo instaurada pela industrialização se distancia significativamente dos princípios da sustentabilidade, cuja essência reside na preservação do meio ambiente e na justiça social intergeracional. O Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum* (WCED, 1987), foi um marco no reconhecimento dos impactos negativos da superexploração dos recursos naturais, como o aquecimento global intensificado pelas emissões de gases de efeito estufa decorrentes da degradação dos ecossistemas. O relatório enfatiza a urgência de uma nova era de crescimento econômico que seja simultaneamente forte, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável é definido como aquele capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias. A sustentabilidade, portanto, deve integrar as dimensões ambiental, social e econômica no planejamento de longo prazo. Isso implica reconhecer que o crescimento econômico não pode ser sustentado à custa do esgotamento dos recursos naturais, sob pena de agravar os desequilíbrios sociais e ecológicos.

Entretanto, mesmo após mais de três décadas desde a publicação do relatório, os desafios persistem. Problemas estruturais como pobreza, desigualdade, saúde precária e degradação ambiental continuam a exigir transformações profundas nos modos de produção e consumo, bem como em nossos arranjos sociais e estilos de vida (Castells, 1999). Diante dessa conjuntura, iniciativas baseadas na cooperação têm se consolidado como alternativas viáveis. O cooperativismo, segundo o IFIBE (2012, p. 39), constitui um instrumento estratégico para enfrentar problemas históricos, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social.

Silva e Torres (2020) destacam que, frente aos desafios impostos pela globalização, a cooperação é fundamental para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. As transformações nos padrões produtivos globais têm estimulado o interesse acadêmico por abordagens que articulem sustentabilidade e cooperação, como apontado por Medeiros et al. (2012).

Este estudo tem como objetivo analisar a contribuição das cooperativas no processo de desenvolvimento sustentável. Os resultados deste estudo mostram que as cooperativas contribuem para o desenvolvimento sustentável de diferentes formas, incluindo a promoção do crescimento econômico, social, a gestão e ambiental.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. AS COPERATIVAS

O cooperativismo distingue-se de outros modelos organizacionais por sua natureza associativa e colaborativa. Trata-se de uma estrutura coletiva na qual os membros trabalham, produzem, consomem ou prestam serviços de forma integrada, buscando condições econômicas mais favoráveis do que obteriam individualmente (SEBRAE, 2014). Conforme Bialoskorski Neto (2006), seu objetivo central é agregar valor à produção, especialmente no meio rural, reduzindo a intermediação entre produtor e consumidor.

Mais do que um arranjo econômico, o cooperativismo constitui uma filosofia de vida alicerçada em valores como solidariedade, equidade e democracia. De acordo com o IFIBE (2012), ele representa uma alternativa eficaz para enfrentar desafios históricos, promovendo a inclusão social, a geração de empregos e a

mitigação da pobreza. Ao articular produtividade e sustentabilidade, essa abordagem demonstra que é possível conciliar crescimento econômico com justiça social, tanto em nível individual quanto coletivo.

O pensamento cooperativista propõe uma visão sistêmica que transcende os limites do sistema capitalista tradicional. Sustenta uma perspectiva antropológica e humanista, na qual o desenvolvimento individual se dá por meio da ação coletiva. Essa lógica contrasta com modelos centrados na acumulação de capital, ao rejeitar a concentração de riqueza e promover a justiça distributiva (Schneider, 2015).

Historicamente, o cooperativismo emergiu como resposta às condições adversas vividas pelos trabalhadores durante a Revolução Industrial. A fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, marca o início do movimento cooperativista moderno (Schneider, 2012). Seus sete princípios fundamentais, adesão voluntária, controle democrático, participação econômica, autonomia, educação, intercooperação e interesse pela comunidade, ainda hoje orientam a prática cooperativa (Cardoso, 2014; Santos, 2012).

Outras experiências importantes floresceram na Europa, como as cooperativas de crédito de Schulze-Delitzsch na Alemanha, voltadas à classe média urbana, e as cooperativas rurais de Raiffeisen, destinadas a apoiar pequenos agricultores (Mladenatz, 2003). Essas iniciativas evidenciam a capacidade adaptativa do cooperativismo frente a diferentes realidades socioeconômicas.

O surgimento das cooperativas, no entanto, remonta a tempos anteriores à modernidade. Segundo Thenório Filho (1999), práticas cooperativas já estavam presentes nas civilizações egípcia, asteca, inca e maia. Nos Incas, por exemplo, a produção agrícola e pastoral era organizada de forma coletiva, distribuída conforme o trabalho prestado e as necessidades de cada indivíduo.

Como destaca Wrasse (2022), o cooperativismo resgata os ideais de solidariedade e fraternidade, intensificados após a Revolução Francesa. Bialoskorski Neto (2006) vai além, ao afirmar que as formas cooperativas estão entre as mais antigas estruturas socioeconômicas da humanidade, presentes desde a era pré-babilônica.

No contexto contemporâneo, as cooperativas têm se consolidado como importantes agentes de desenvolvimento sustentável local. Elas operam com base em processos participativos e contribuem ativamente para a inclusão de grupos historicamente marginalizados (Fanho, 2023). A prática colaborativa educa e transforma, ao estimular uma visão de mundo mais participativa, democrática e solidária.

Além disso, as cooperativas assumem um compromisso com o desenvolvimento integral, pautado em direitos humanos, cidadania, acesso a crédito, mercado, terra, moradia e segurança alimentar, promovendo novas formas de articulação entre campo e cidade (IFIBE, 2012).

Para Carvalho e Silva (2017), o cooperativismo é fruto das lutas sociais e das reivindicações dos trabalhadores por condições mais dignas. Pinho (2004) corrobora essa ideia ao associar o movimento cooperativo às origens sindicais. Meinen e Port (2012) destacam que a legitimidade das cooperativas está enraizada na confiança coletiva, conquistada por meio de sua atuação social, ambiental e econômica.

Por fim, como sintetiza Shlosser (2003), o lema “a união faz a força” expressa com precisão a essência cooperativista. O trabalho coletivo e a sinergia entre os membros produzem resultados superiores àqueles alcançados individualmente,

reforçando o papel estratégico das cooperativas como instrumentos de transformação social.

2.2. A NOÇÃO SUSTENTABILIDADE

A origem do conceito moderno de sustentabilidade remonta à década de 1970, especialmente com a publicação da obra *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento, na tradução brasileira de 1973), elaborada por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III. Encomendado pelo Clube de Roma, o estudo apresentou projeções sobre o crescimento populacional acelerado e os limites físicos dos recursos naturais disponíveis no planeta, alertando para os riscos de colapso ambiental e social caso não fossem adotadas medidas de contenção.

O Clube de Roma, fundado por Aurelio Peccei, então presidente da Comissão Econômica da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte), durante um encontro na residência da família Rockefeller em Bellagio, na Itália, tornou-se uma importante instituição internacional dedicada à reflexão crítica sobre o futuro do planeta. Reunindo intelectuais, líderes políticos e especialistas de diversas áreas, o grupo buscava fomentar o debate sobre o equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental (Oliveira, 2012). A repercussão do relatório *The Limits to Growth* foi significativa, especialmente pela cobertura midiática que, segundo Oliveira (2012), gerou ampla comoção internacional e trouxe as questões ambientais para o centro das discussões políticas globais.

Entretanto, foi apenas em 1987, com a divulgação do relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU e presidida por Gro Harlem Brundtland, que o conceito de desenvolvimento sustentável foi formalmente consagrado. O documento define o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias demandas, integrando os aspectos sociais, econômicos e ambientais (WCED, 1987).

A temática ganhou ainda mais destaque na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. O evento reuniu representantes de mais de 170 países e resultou na Agenda 21, um plano de ação voltado à sustentabilidade global. Posteriormente, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada Rio+10, foi realizada em Joanesburgo, na África do Sul, consolidando os três pilares fundamentais do conceito: desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Essa cúpula também chamou atenção para os principais desafios enfrentados no século XXI, como a degradação ambiental, a pobreza, as desigualdades sociais, os problemas de saúde pública e os conflitos globais.

Figura 1 : Cronologia das Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável



Fonte : Fanho (2023).

A Figura 1 ilustra os principais encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 1963 e 2015, destacando dez conferências internacionais voltadas às questões ambientais. Ao longo dessas cinco décadas, a intensificação desses encontros reflete não apenas a crescente gravidade dos desafios ecológicos enfrentados globalmente, mas também a urgência com que a comunidade internacional — especialmente os governos e organismos multilaterais — tem buscado respostas coordenadas. Tais fóruns são espaços estratégicos de cooperação interestatal, nos quais são debatidas diretrizes para a formulação de políticas ambientais sustentáveis. Esses eventos também reafirmam o compromisso da ONU com a preservação dos ecossistemas e com o bem-estar das gerações futuras.

Esse movimento global ocorre em meio às consequências do modelo de capitalismo clássico, historicamente pautado pela exploração intensiva dos recursos naturais, muitas vezes sem a devida regulação estatal. Tal dinâmica gerou uma crise ambiental profunda, com implicações significativas para a economia global, a geopolítica, e a administração dos recursos naturais (Zorzo et al., 2022). Diante desse cenário, surge um novo paradigma que exige mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo, agora orientados por normas que priorizam a proteção ambiental (Economy-Pedia, 2024).

Nesse contexto, Elkington (1997), em sua obra *Canibais com Garfos*, introduz o conceito de Triple Bottom Line, que propõe um modelo organizacional baseado em três pilares interdependentes : o social, o econômico e o ambiental. Essa lógica, amplamente adotada nos marcos teóricos do desenvolvimento sustentável, fundamenta a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que promovem ações integradas para transformar tanto a sociedade quanto o setor produtivo (Purvis et al., 2019 ; Marques, 2020).

O equilíbrio entre os três pilares é frequentemente representado pelos “3 Ps” : People (Pessoas), Planet (Planeta) e Profit (Lucro). “Pessoas” refere-se ao capital humano e à justiça social ; “planeta” à preservação dos recursos naturais ; e “lucro”

à viabilidade econômica das atividades (Hariram, 2023). Essa abordagem evidencia que a sustentabilidade só é efetiva quando há conciliação entre crescimento econômico, inclusão social e equilíbrio ecológico.

A dimensão social está relacionada à promoção do bem-estar humano e à redução das desigualdades. Goh et al. (2023) destacam a importância de atender às necessidades vitais das populações, enquanto Schneider (2015) alerta que o desenvolvimento social está condicionado aos limites ecológicos e à capacidade de regeneração do meio ambiente. Assim, torna-se essencial alinhar tecnologia e organização social aos princípios de equilíbrio ambiental.

No campo ambiental, a sustentabilidade implica práticas que respeitam o capital natural das organizações e minimizam os impactos climáticos. Para Séville et al. (2023), tais práticas devem ser integradas à rotina empresarial, promovendo a gestão consciente dos recursos. Kotzé et al. (2022) e López-Mas et al. (2023) reforçam essa perspectiva, ao apontar que a proteção dos recursos naturais é essencial tanto como fonte de insumos quanto como receptor dos resíduos gerados pelas atividades humanas.

A sustentabilidade, como ressaltam Boyd et al. (2020), é um conceito dinâmico, em constante adaptação ao cenário global. Para Sachs (1990), essa noção envolve múltiplas dimensões : social (distribuição de renda e equidade), econômica (gestão eficiente dos recursos), ecológica (uso responsável do meio ambiente), geográfica (equilíbrio entre áreas urbanas e rurais) e cultural (valorização da diversidade). Em 2002, Sachs expandiu esse arcabouço ao incluir outras quatro dimensões : ambiental (regeneração dos ecossistemas), política territorial (equilíbrio regional), política nacional (governança e democracia) e política internacional (paz e equidade global). Ele enfatiza que a sustentabilidade internacional deve promover a justiça entre o Norte e o Sul, supervisionar o sistema financeiro global e contribuir para a estabilidade planetária.

No plano organizacional, Tennakoon e Janadari (2022) observam que os princípios da sustentabilidade vêm sendo incorporados às estratégias de governança, impulsionados tanto por exigências regulatórias quanto pela pressão de grupos da sociedade civil (Nishant et al., 2020). Além disso, adotar práticas sustentáveis tem se tornado um diferencial competitivo, conferindo maior valor às instituições e garantindo sua permanência no mercado a longo prazo.

Segundo Alessio (2006), o engajamento institucional com a sustentabilidade não deve ser visto apenas como uma exigência legal, mas como uma responsabilidade social que fortalece a reputação organizacional, estabelece vínculos com os consumidores e promove valores positivos. Trata-se de um conceito com alcance global, cujas implicações sociais e ambientais atravessam fronteiras e se tornam centrais para a construção de um futuro mais justo e equilibrado.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória de natureza bibliográfica. Como apontado por Vergara (2000), este estilo de pesquisa é baseado em material encontrado em sites, periódicos, bibliotecas, conferências, livros, entre outros, que estão de livre acesso ao público. As buscas pelas palavras-chave foram tanto em inglês como em português na base de dados de Google Acadêmico a saber : « cooperativa » e « sustentabilidade », nos últimos cinco anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

COOPERATIVAS COMO AGENTES DE SUSTENTABILIDADE

As cooperativas desempenham um papel central na promoção da sustentabilidade, sobretudo em economias em desenvolvimento, onde facilitam o uso coletivo de recursos, ampliam o acesso a mercados e fortalecem o poder de negociação dos pequenos produtores (Ohridski, 2025). Ao exercerem essas funções, contribuem diretamente para o aumento da produtividade, a redução de custos operacionais e o aprimoramento da gestão de riscos, elementos essenciais para a construção de sistemas agrícolas mais resilientes e sustentáveis. Além dos ganhos econômicos, as cooperativas também lideram a adoção de práticas ambientalmente responsáveis, como a agricultura regenerativa e o uso de energias renováveis, possibilitando o compartilhamento de recursos e a implementação de soluções inovadoras, como a agricultura de precisão e a agroecologia (Ohridski, 2025). Esses avanços contribuem para a diminuição da pegada ambiental, promovem o uso eficiente dos recursos naturais e aumentam a resiliência dos sistemas alimentares.

Exemplos, como o da Cooperativa WUJ em Bandung, liderada por mulheres, demonstram como organizações cooperativas podem integrar estratégias sociais, morais e econômicas, promovendo a redução de resíduos e o empoderamento comunitário. Ao alinhar valores religiosos, liderança inclusiva e iniciativas econômicas, tais cooperativas catalisam mudanças comportamentais no nível nacional e fomentam compromissos duradouros com a sustentabilidade (Bainus et al., 2025).

Diferenciando-se das instituições financeiras convencionais, as cooperativas alinham objetivos econômicos a metas sociais e ambientais, sustentando-se em práticas de transparência e divulgação que fortalecem a confiança e a legitimidade perante os stakeholders (Teixeira et al., 2025). Essa missão dual contribui para a mobilização de recursos e o cumprimento de compromissos sociais e ambientais, posicionando o modelo cooperativo como vetor dinâmico do desenvolvimento sustentável e da inclusão social (Ouro-Salim et al., 2019).

A transparência nas práticas de sustentabilidade influencia ainda mais o acesso das cooperativas ao financiamento. Pesquisas demonstram que as cooperativas e as organizações financeiras cooperativas que divulgam abertamente suas ações de sustentabilidade, nos domínios social, ambiental e cultural, desfrutam de custos de financiamento reduzidos devido à maior confiança e legitimidade entre as partes interessadas. Seu aumento na transparência reduz a assimetria de informações, incentiva os depósitos dos associados e atrai condições de crédito mais favoráveis, pois seus cooperados ganham ainda mais confiança no seu compromisso com a gestão responsável e o bem-estar social (Teixeira et al., 2025).

Adicionalmente, cooperativas contribuem de forma expressiva nas cadeias de suprimentos alimentares na redução do desperdício de alimentos e no avanço da economia circular, promovendo a reutilização e redistribuição de produtos agrícolas fora dos padrões convencionais de mercado. Sua abordagem comunitária e seu incentivo à colaboração entre stakeholders favorecem o alinhamento com agendas globais de sustentabilidade, como os ODS das Nações Unidas e o acordo verde europeu, traduzindo metas globais em ações locais (Teixeira et al., 2025).

A identidade cooperativa é elemento central para sua sustentabilidade, frequentemente representada pelo “triângulo cooperativo”, composto pela forma jurídica, pela governança e pelas normas sociais e informais (Ajates, 2020). A manutenção desses pilares assegura a autenticidade e o potencial transformador das cooperativas. Quando princípios como controle democrático, engajamento comunitário e responsabilidade social são preservados, as cooperativas promovem

coesão social, gestão ambiental e desenvolvimento econômico equitativo (Fanho, 2023). Por outro lado, a fragilização desses fundamentos, especialmente diante de pressões mercadológicas, pode comprometer sua sustentabilidade e resiliência de longo prazo (Bokoumbo et al., 2023; Berge et al., 2021).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) reconhecem a sustentabilidade como um pilar central do modelo cooperativo, posicionando as cooperativas como construtoras do desenvolvimento sustentável em consonância com os ODS. As cooperativas contribuem para a criação de novos espaços de mercado e produtos, fomentando assim papéis sociais que apoiam práticas sustentáveis. De modo geral, a forma cooperativa apoia inerentemente os objetivos de sustentabilidade por meio de sua dupla missão social e econômica, fomentando práticas responsáveis e a criação de valor a longo prazo alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável (Castilla-Polo & Sánchez-Hernández, 2022).

Em síntese, o modelo cooperativo, fundamentado em princípios de igualdade, democracia participativa e bem-estar comunitário, impulsiona a integração efetiva de estratégias sociais, econômicas e ambientais de sustentabilidade. Ao reinvestir excedentes nas comunidades, apoiar pequenos produtores e estimular a participação inclusiva, as cooperativas não apenas se alinham aos ODS, mas consolidam-se como veículos essenciais para o desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos rurais e economias em desenvolvimento (Marques & Teixeira, 2023).

O Quadro 1 a seguir apresenta algumas cooperativas reconhecidas por suas práticas e compromissos sustentáveis, ilustrando como a integração dos princípios cooperativistas e da sustentabilidade pode ser operacionalizada em diferentes contextos.

Quadro 1 Cooperativas e ações sustentáveis.

Ações sustentáveis em cooperativas	Autores
A cooperativa promove iniciativas ambientais e comunitárias, contando com a Gerência de Meio Ambiente e Segurança Industrial para garantir o cumprimento da legislação e incentivar a preservação em seus projetos.	Cipolat, et al., (2010).
Implementam reciclagem, reutilizam água da chuva, otimizam processos para reduzir desperdícios e tratam resíduos, integrando materiais reciclados à produção.	Avila, et al., (2015)
Sicredi desenvolve programas socioambientais, como Crescer e Pertencer, para fortalecer o cooperativismo, além de investir na educação infantil com União Faz a Vida. Também promove o plantio de árvores e monitora consumo de recursos para incentivar a sustentabilidade.	Escobar, (2014)
Implementam reciclagem e gestão de resíduos, reutilizam água da chuva, adotam energia solar, promovem campanhas solidárias e incentivam o reflorestamento com doação de mudas.	Buttenbender, et al., (2015)
Promovem o cooperativismo moderno, incentivando jovens no desenvolvimento sustentável das atividades rurais, oferecendo educação, capacitação e benefícios sociais para cooperados e funcionários.	Franco, (2011)
Estudos realizados na cooperativa cooperativa maricultora do sul da ilha de Florianópolis, revelaram uma sustentabilidade global de mais de 70%, sendo que o reaproveitamento de resíduos apresentou maior índice entre os subcritérios analisados.	Cabezas et al. (2011)
Um estudo realizado entre sobre parceria entre empresas e cooperativas de reciclagem apontou a doação de materiais de reciclagem para as cooperativas. Com essas parcerias organizacionais percebem-se as possibilidades de efetividade de conceitos como sustentabilidade ambiental pelas parcerias entre cooperativas e médias e grandes empresas.	Tomé et al. (2019)

Fonte : Adaptado do Cuerbas e Silva (2021).

Ao considerar o intuito do estudo o Quadro 1 destacou as sinergia entre o movimento cooperativista e a sustentabilidade ambiental enfatizando as práticas de negócios mais sustentáveis pelas as organizações cooperativas no alcance dos ODS globalmente.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COOPERATIVAS NA TRANSIÇÃO RUMO À SUSTENTABILIDADE

Os agricultores familiares nas economias em desenvolvimento encontram obstáculos complexos que minam sua capacidade de obter benefícios coletivos e desenvolvimento sustentável. Uma das principais barreiras é a falta de confiança generalizada entre os membros, geralmente enraizada nos legados históricos da coletivização forçada e da intervenção estatal. Essas experiências históricas promovem o ceticismo em relação à ação coletiva e fazem com que os agricultores hesitem em se envolver totalmente nas iniciativas cooperativas. Para agravar esse déficit de confiança, há estruturas jurídicas insuficientes, estruturas de governança fracas e ineficiências de gestão persistentes, o que dificulta o estabelecimento e a sustentabilidade de longo prazo das cooperativas (Ohridski, 2025).

O acesso limitado a capital e recursos financeiros continua sendo um desafio persistente, restringindo os investimentos em novas tecnologias, infraestrutura e iniciativas de capacitação. A fragmentação da terra e a instabilidade financeira exacerbam ainda mais as pressões econômicas enfrentadas pelos pequenos agricultores, impedindo sua capacidade de aumentar a produção e melhorar o acesso ao mercado. Além disso, a tomada de decisões coletivas dentro das cooperativas geralmente se mostra difícil, pois interesses conflitantes, prioridades divergentes e conflitos internos frequentemente resultam em atrasos ou no abandono da adoção de inovações. Evidências empíricas sugerem que 56% dos membros de cooperativas identificam os desafios nos processos de tomada de decisão como uma barreira importante para a inovação, destacando a necessidade de melhorar a governança participativa e os mecanismos de resolução de conflitos (Ohridski, 2025).

A resistência cultural à mudança também representa obstáculos significativos. As complexidades de gerenciamento e as práticas tradicionais arraigadas podem prejudicar a implementação efetiva de inovações agrícolas modernas, como a agricultura de precisão ou as plataformas digitais. Essas barreiras são agravadas por obstáculos burocráticos e capacidade financeira limitada, que muitas vezes impedem as cooperativas de investir em tecnologia e melhorias organizacionais. Superar os desafios de governança, financeiros e culturais é essencial para adotar e difundir com sucesso práticas agrícolas inovadoras nos sistemas cooperativos (Bokoumbo et al., 2023).

No contexto do Sudeste Asiático, cooperativas ainda enfrentam barreiras significativas relacionadas ao acesso a financiamento e à insuficiência de apoio governamental. Nessas situações, intervenções externas como incentivos políticos, assistência técnica e parcerias com governos, setor privado e ONGs tornam-se indispensáveis para superar obstáculos estruturais. O fortalecimento da governança interna, o engajamento das partes interessadas e a transparência nas decisões são fatores-chave para mobilizar a ação coletiva e viabilizar a adoção de práticas sustentáveis. A defesa por reformas políticas, incluindo incentivos fiscais para iniciativas verdes, evidencia a necessidade de um ambiente regulatório favorável para a implementação efetiva das estratégias cooperativistas (Daimah & Hidayat, 2025).

Nos países em desenvolvimento, o desafio predominante é a ênfase esmagadora nos objetivos econômicos, muitas vezes impulsionada por programas governamentais

voltados para a melhoria do rendimento e a competitividade do mercado. Essa abordagem restrita geralmente ignora o desenvolvimento das capacidades sociais e ambientais dos membros, o que leva a uma compreensão e a um envolvimento limitados com metas de sustentabilidade mais amplas. Os programas educacionais e de treinamento visam desproporcionalmente à produtividade e à geração de renda, em vez de promover habilidades e conscientização relacionadas à sustentabilidade social e ambiental. Além disso, os resultados sociais e ambientais são inerentemente mais complexos e mais difíceis de quantificar e comunicar do que as métricas econômicas, o que dificulta a formação de um consenso entre os membros em torno desses objetivos. O paradigma de desenvolvimento neoliberal predominante, que prioriza o crescimento econômico de curto prazo, restringe ainda mais a capacidade das cooperativas de defender a coesão social e a gestão ambiental, que são cruciais para a sustentabilidade de longo prazo (Berge et al., 2021).

A efetividade das cooperativas na promoção da sustentabilidade está condicionada à existência de apoio institucional, governança transparente, distribuição equitativa de recursos e capacidade de adaptação às condições ambientais e econômicas locais. Quando esses fatores estão presentes, as cooperativas tornam-se instrumentos viáveis para o desenvolvimento sustentável de longo prazo, a estabilidade social e o fortalecimento das comunidades rurais (Bainus et al., 2025).

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar a contribuição das cooperativas no processo de desenvolvimento sustentável. Para atender a esse objetivo, foi realizado uma pesquisa bibliográfica. Observa-se que o sistema cooperativo tem demonstrado capacidades de interagir com atores das cadeias de suprimentos. Por meio de seus princípios e valores, as cooperativas estimulam a economia local, promovem a democracia econômica, cultivam a inclusão financeira. Elas ajudam na preservação ambiental, implementando práticas verdes e utilizando os recursos de forma eficiente. Nesse contexto, chama-se a atenção dos tomadores de decisão em relação aos desafios encontrados de forma abrangente pelas cooperativas. Como pesquisa futura, pode-se aprofundar estudos que analisam a postura do associado no processo de desenvolvimento sustentável dentro das cooperativas. Além disso, a partir dos desafios apontados neste estudo, sugere-se mais pesquisas por parte dos profissionais da área sobre a importância das cooperativas na resolução dos problemas ambientais e no cumprimento dos ODS.

REFERÊNCIAS

- AJATES, R. An integrated conceptual framework for the study of agricultural cooperatives: from repolitisation to cooperative sustainability. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 467-479, 2020.
- ALESSIO, R. Responsabilidade Social das Empresas no Brasil : Reprodução de Posturas ou Novos Rumos ? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 2006. Disponível em : <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/952>. Acesso em : 27 jan. 2023.
- ÁVILA, L. V. et al. A perspectiva do alinhamento de estratégias sustentáveis na gestão de cooperativas. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 1, n. 1, p. 18-33, 2015.
- BAINUS, A. et al. Women's Leadership in Cooperative and Social Movement in the Issue of Food Waste: Evidence from Bandung City. **World Development Sustainability**, p. 100219, 2025.

BERGE, S. T. et al. Cooperative Development: sustainability agricultural planning viewed through cooperative equilibrium management theory in Togo, Africa. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, p. 758363, 2021.

BIALOSKORSKI NETO, S. Member participation and relational contracts in agribusiness co-operatives in Brazil. **The International Journal of Cooperative Management**, v. 3, p. 20-26, 2006.

BOKOUMBO, K. et al. Cooperatives and sustainability: The case of maize producers in the plateaux region of Togo. **Heliyon**, v. 9, n. 6, 2023.

BOYD, C. E. et al. Achieving sustainable aquaculture: Historical and current perspectives and future needs and challenges. **Journal of the World Aquaculture Society**, v. 51, n. 3, p. 578-633, 2020.

Cabezas, C. V. (2011). Análise de sustentabilidade ambiental: estudo de caso em uma cooperativa maricultora do sul da ilha de Florianópolis.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa**. Brasília: Sebrae, 2014.

CARVALHO, A. D ; SILVA, B. A. Dos R. A gestão de pessoas e o relacionamento interpessoal no cooperativismo. **Revista de Carreiras e Pessoas**, Mococa, v. 7, n. 3, p.139-150, 2017.

CASTELLS, M.. **O poder da identidade**. vol. 2. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLA-POLO, F; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, M. I. International orientation: An antecedent-consequence model in Spanish agri-food cooperatives which are aware of the circular economy. **Journal of Business Research**, v. 152, p. 231-241, 2022.

CIPOLAT, C. et al. Ações e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina Logística–ALL. **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, v. 7, 2010.

DA SILVA CUERBAS, M. J; DE OLIVEIRA SILVA, R. COOPERATIVISMO SUSTENTÁVEL: Estratégias e ações frente aos problemas ambientais. **REVICOOP**, v. 2, 2021.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks : The triple bottom line of 21st century business**. Capstone : Oxford. 1997.

FANHO, A. D. **A relação entre sustentabilidade e o cooperativismo** : a caso da COPERAV em Viamão/RS. 2023.

FRANCO, F. A. Análise da importância das estratégias socioambientais em cooperativa de produtores rurais no município de Ji-Paraná-RO, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. 2011.

GOH, C. S; TING, J. N; BAJRACHARYA, A. Exploring social sustainability in the built environment. **Advances in Environmental and Engineering Research**, v. 4, n. 1, p. 010, 2023.

HARIRAM, N. P. et al. Sustainalism: An integrated socio-economic-environmental model to address sustainable development and sustainability. **Sustainability**, v. 15, n. 13, p. 10682, 2023.

HIDAYAT, A. R; DAIMAH, D. IMPLEMENTATION OF SUSTAINABILITY PRACTICES IN PRODUCTION COOPERATIVES: IMPACT ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PERFORMANCE IN SOUTHEAST ASIA. **Journal of Cooperative Development and Innovation**, v. 1, n. 1, p. 37~ 47-37~ 47, 2025.

IFIBE. INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA BERTHIER. **O cooperativismo de credito familiar e solidaria : instrumento de desenvolvimento e erradicacao da pobreza**, 2012.

Kotzé, L. J.; Kim, Rakhyun E.; Burdon, Peter; du Toit, Louise; Glass, Lisa-Maria; Kashwan, Prakash; Liverman, Diana; Montesano, Francesco S.; Rantala, Salla, Sénit, Carole-Anne; Biermann, Frank; Hickmann, Thomas (eds.), "Planetary Integrity", **The**

Political Impact of the Sustainable Development Goals: Transforming Governance Through Global Goals?, Cambridge: Cambridge University Press, 2022, pp. 140–171

LÓPEZ-MAS, L. et al. European consumers' beliefs about the main pillars of the sustainability: a comparison between wild and farmed fish. **Aquaculture International**, v. 31, n. 4, p. 2035-2055, 2023.

MARQUES, A; TEIXEIRA, C. A. Vine and wine sustainability in a cooperative ecosystem—a review. **Agronomy**, v. 13, n. 10, p. 2644, 2023.

MARQUES, M. F. C. **Agenda 2030**: objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU: desafios ao desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial. 2020.

MEDEIROS, A., FERNANDO . Q. P., WELLINGTON. S., SOUZA, J. A. O., DEYVISON L. Control and assessment of performance in family agriculture from the perspective of sustainability of farmers. **Custos e @gronegócio**, 2012. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v8/control.pdf>. Acesso em: Dez. 2022.

MEINEN, E. ; PORT, M. O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã. Brasília : **Confebras**, 2012.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília : Confebras, (1933) 2003

NISHANT, R, KENNEDY, M, et CORBETT, J. Artificial intelligence for sustainability: Challenges, opportunities, and a research agenda. **International Journal of Information Management**, 2020, vol. 53, p. 102104.

OLIVEIRA, L. D. Os Limites do Crescimento 40 anos Depois : Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao Futuro Comum Ecologicamente Sustentável. **Continentes - Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 72-96, 2012.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil : da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo : Saraiva, 2004.

PURVIS, B, MAO, Y, et ROBINSON, D. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. **Sustainability science**, 2019, vol. 14, p. 681-695.

SACHS, I. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social : o âmbito da política**, 1990

SANTOS, J. **A logística reversa como ferramenta para a sustentabilidade: um estudo sobre a importância das cooperativas de reciclagem na gestão dos resíduos sólidos urbanos**. REUNA, v.17, n.2, p.81-96, 2012.

SCHNEIDER, J. O. A Doutrina do Cooperativismo : Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, v. 3, n.2, p. 251-273, 2012

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015.

SEBRAE-SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cooperativas**. Brasília, 2014.

SEVILLE, R, HODSON, T, et DI TOMMASO, A. Environmental sustainability: An exploratory study of the perceived knowledge, attitudes, and skills of occupational therapists practicing in Australia. **Australian Occupational Therapy Journal**, 2023, vol. 70, no 5, p. 535-547

SHLOSSER, M. T. S.. Cooperativismo:“a união faz a força”. **Geosul**, v. 18, n. 36, p. 99-112, 2003.

TEIXEIRA, N; RODRIGUES, R; ANTUNES, T. Circular Economy Models for Reducing Food Waste and Enhancing Sustainability: A Case Study of Cooperative X. **Circular Economy and Sustainability**, p. 1-21, 2025.

TENNAKOON, W; JANADARI, M. P. N. Measuring economic sustainability: Are we doing it right. **Sri Lanka J. Soc. Sci. Humanit**, v. 2, p. 21-30, 2022.

THENÓRIO FILHO, L. D. **Pelos caminhos do cooperativismo** : com destino ao crédito mútuo. Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 1999.

TOMÉ, I. M et al. Sustentabilidade e cooperativismo: um estudo sobre a região sudoeste da região metropolitana de São Paulo. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 9, n. 1, p. 20-20, 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

WCED - World Commission on Environment and Development : **Our Common Future**, 1987.

WRASSE, C. L. et al. Transformação e adaptação do conceito de solidariedade no cooperativismo de crédito rural. 2022.

ZORZO, F. B. et al. Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, n. 2, p. 160-182, 2022.